

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA

RELATÓRIO DA DIRETORIA

**1. Relatório da Diretoria:** A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2018, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período. 1.1. Apresentação da Empresa: A Companhia Riograndense de Mineração – CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, nº 610, em Porto Alegre/RS, com Unidade Mineira em operação durante 2018 no Município de Candiota/RS, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais. **Missão:** Pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado. **Visão:** Ser líder na indústria de extração, beneficiamento e comercialização de carvão mineral do Brasil, preservando o ambiente e se destacando como modelo de empresa pública. **Valores:** Mais do que uma simples declaração de princípios, os valores listados se revelam pelas atitudes e comportamentos que a CRM adota diante dos desafios que enfrenta ao longo de sua existência. Os princípios que guiam a CRM são: • Ética, • Honestidade, • Preservação Ambiental, • Solidariedade, • Transparência, • Qualidade. **1.2. Conjuntura Econômica:** O ano de 2018 foi marcado pela maior paralisação do país. Chamada de “Greve dos Caminhoneiros”, foi gerada pela nova política de preços da Petrobras com reajustes frequentes e sem previsibilidade nos preços dos combustíveis, principalmente do óleo diesel. Economicamente, o resultado da paralisação foi de interrupção do crescimento da economia brasileira e queda nas ações da Petrobras. Com isso, em 2018 o Brasil apresentou 1,1% de crescimento no Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, um tímido crescimento econômico em relação ao potencial do país, e abaixo da projeção inicial para o período apresentada pelo Banco Central do Brasil, que era de crescimento de 2,7%. Assim como os economistas do mercado financeiro brasileiro, que estimam o aumento do PIB em 2,55% no próximo ano, o relatório do Fundo Monetário Internacional – FMI vê expectativa de melhora gradual no crescimento do PIB brasileiro passando para 2,5% para 2019, recuperando a recessão de 2015/2016. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. No ano a taxa média de desocupação foi de 12,3%, registrada pelo IBGE, ante a média de 12,7% em 2017. O pequeno recuo foi puxado pelo crescimento do trabalho informal, ou seja, sem carteira, e do trabalho por conta própria. A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulada em 2018, atingiu 3,75%, ficando abaixo da expectativa do Banco Central do Brasil que era de 3,96%, para o período. Além disso, o IPCA em 2018 ficou dentro do intervalo da meta da inflação de 4,50%, definido pela Resolução nº 4.499 do Banco Central do Brasil para 2018. A inflação teve um “pico” durante a Greve dos Caminhoneiros em razão da falta de oferta de produtos, chegando a 1,26% em junho de 2018. Para 2019 a inflação deve subir para 4,01% segundo Relatório Focus. A expectativa para o dólar em 2018 era de R\$ 3,34 (três reais e quatro e um centavos), e o câmbio acabou fechando o ano em R\$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos). O aumento do câmbio ao longo do ano se deu devido às incertezas da eleição presidencial e também ao fraco Governo Temer. Já a projeção para 2019 é de fechamento em R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos). Em relação ao setor de mineração, o Presidente Michel Temer assinou em junho de 2018 os decretos que modernizam o Código de Mineração e trazem novas regras para a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Os decretos trazem exigências ambientais mais rígidas e regras para melhorar o ambiente de negócios do setor, além de destinar recursos de compensação a municípios que são impactados pela atividade mineradora, embora não sejam produtores. As perspectivas para 2019 no país são de incertezas devido às principais e mais polêmicas questões que possivelmente serão tratadas pelo novo Governo (reforma da previdência, privatizações, novas faixas do Imposto de Renda, etc.). Possíveis decisões políticas e a pluralidade da sociedade, comprovada na última eleição, reduzem a probabilidade de cenário de pacificação social. No Estado, a pretensão de privatização de estatais do novo Governo inclui a CRM. **1.3. Desenvolvimento Operacional: 1.3.1. Produção e Comercialização:** Durante 2018 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para a quantidade mínima contratual de 100.000,00 toneladas por mês ou 1.200.000,00 toneladas por ano de carvão CE 3.300 no abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGTEE, quantidade muito abaixo da capacidade instalada da mina. Além da quantidade mínima contratada pela CGTEE, a CRM deve entregar até 860.000 toneladas ao ano para liquidação de estoques. O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

TIPO	2014	2015	2016	2017	2018	VARIACÃO % 2018/2017
CE 6300	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5500	0	0	0	0	0	0,00%
CE 5200	34.279	16.892	1.251	0	0	-100,00%
CE 4700	31.256	57.255	24.153	0	0	-100,00%
CE 4500	12.538	14.188	9.711	0	0	-100,00%
CE 4200	21.257	14.739	4.661	0	0	-100,00%
CE 3300	3.137.128	3.279.566	2.553.496	1.546.025	1.392.409	-9,94%
CE 3100	0	0	0	0	0	100,00%
CE 4200*	5.863	0	0	0	0	100,00%
CE 5500*	8.951	7.877	3.838	0	0	-100,00%
ROM	3.431	23.445	0	0	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>3.254.703</b>	<b>3.413.962</b>	<b>2.597.110</b>	<b>1.546.025</b>	<b>1.392.409</b>	<b>-9,94%</b>

\* Fios

**1.3.2. Produtividade:** A produtividade do exercício de 2018 foi determinada pela cota mensal e pelas encomendas efetuadas pela CGTEE para liquidação de estoque. O cálculo do Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV do exercício de 2018 manteve os mesmos critérios adotados anteriormente, e associa a quantidade de carvão vendável a todos os colaboradores da Companhia, próprios e terceiros. A drástica redução observada em 2017 se deu devido à redução na quantidade de produção em 2017 (de 2,5 milhões t/ano para 1,2 milhões t/ano), mas a manutenção do número de colaboradores. Em 2018, com a diminuição do número de funcionários proporcionada pelo Plano de Demissão Incentivada, é possível observar o aumento do indicador.

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018
Carvão Vendável (t/ano)	3.254.703	3.413.962	2.597.110	1.546.025	1.392.409
Total Homem/dia	122.123	127.584	116.724	100.934	80.762
PCV* (t/H/d)	26,65	26,76	22,25	15,32	17,24

\* Índice de Produtividade do Carvão Vendável

**1.4. Desempenho Operacional:** Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM

Valores históricos em reais

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	Variacão % 2018/2017
Receita Bruta Anual	185.169.567	190.461.891	169.914.601	126.699.417	105.584.377	16,67%
Receita Líquida Anual	168.291.438	178.796.572	160.317.609	101.064.184	100.904.108	-0,16%
Custos dos Prod. Vendidos	114.788.343	123.758.394	111.107.722	87.356.904	78.632.831	-9,99%
Resultado Bruto	53.503.096	55.038.358	49.209.888	13.707.280	22.271.277	62,48%
Despesas Operacionais	30.233.440	56.495.517	66.210.864	45.533.380	60.596.881	33,08%
Res. Oper. antes Res. Financ.	23.269.656	-1.457.159	-17.000.976	-12.502.539	-38.325.604	-206,54%
Resultado Financeiro	-8.037.025	-16.709.796	-20.741.778	-19.323.561	-13.031.679	-32,56%
Resultado Operacional	15.232.631	-18.166.955	-37.742.754	-31.826.100	-38.325.605	-20,42%
Investimentos	7.780.208	4.140.137	377.954	287.757	422.163	46,71%

Valores em reais de 31/12/2018, com base na variação do IGP-DI/FGV.

DESCRIÇÃO	2014	2014	2016	2017	2018	Variacão % 2018/2017
Receita Bruta Anual	234.320.980	217.719.698	181.215.808	135.694.259	105.584.377	-22,19%
Receita Líquida Anual	212.962.721	204.385.111	170.980.510	108.239.090	100.904.108	-6,78%
Custos dos Prod. Vendidos	145.257.762	141.469.981	118.497.618	93.558.682	78.632.831	-15,95%
Resultado Bruto	67.704.959	62.915.130	52.482.891	14.680.408	22.271.277	51,71%
Despesas Operacionais	38.258.605	64.580.829	70.614.621	48.765.956	60.596.881	24,26%
Res. Oper. antes Res. Financ.	29.446.354	-1.665.699	-18.131.730	-13.390.139	-38.325.604	-186,22%
Resultado Financeiro	-10.170.373	-19.101.206	-22.121.336	-20.695.410	-13.031.679	37,03%
Resultado Operacional	19.275.981	-20.766.905	-40.253.066	-34.085.548	-38.325.605	-12,44%
Investimentos	9.845.387	4.732.650	403.092	308.186	422.163	-36,98%
Produção carvão ROM (t)	3.430.900	3.223.098	2.677.632	1.582.599	1.497.000	-5,41%
Pessoal Próprio	480	468	429	407	319	-21,62%
IGP-DI	551,15	610,13	653,95	651,21	697,45	7,10%

**1.5. Investimentos:** Ao longo do ano de 2018 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infraestrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram quase R\$ 422 mil. Os recursos necessários para esses investimentos foram oriundos da própria geração de caixa da CRM. **1.6. Unidades: 1.6.1. Mina de Candiota:** A Mina de Candiota atualmente é a única unidade mineira em atividade da CRM e é vinculada ao abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGTEE, com capacidade instalada de 796 MW e localizado no município de Candiota (RS). Atualmente, apenas a fase C está em operação para geração de energia, sendo que as fases A e B tiveram suas outorgas revogadas pelo MME. Além da entrega de 1.200.000 toneladas anuais de carvão CE 3.300, a CRM tem o compromisso de entregar mais 860.000 toneladas anuais à CGTEE, referentes à liquidação de estoques. Em Candiota a CRM também fornece carvão industrial eventualmente a outros pequenos consumidores. **1.6.2. Mina do Leão I:** A Mina do Leão I teve sua operação iniciada em 1963 e suspensa em 2016. Atualmente possui um quadro de 29 empregados remanescentes e se encontra com as atividades suspensas devido aos históricos prejuízos financeiros registrados na Mina do Leão. Além disso, sua situação é agravada pelo fato da jazida ter uma relação estéril/minério muito elevada, com altos custos e com pouca rentabilidade. **1.6.3. Mina do Leão II:** A Mina do Leão II ficou arrendada durante o período de 2002 a 2016, e hoje está novamente aos cuidados da CRM. Esta unidade está com sua implantação incompleta, podendo atingir uma capacidade instalada superior a 2 milhões de toneladas de carvão anualmente. Esta unidade tem vocação para atender um grande empreendimento de geração elétrica ou de gaseificação. **1.6.4. Mina do Iruí:** Já a jazida do Iruí abrange os municípios de Cachoeira do Sul, Rio Pardo e Encruzilhada do Sul. A CRM explorou parte desta jazida na década de 80. De lá para cá foram firmados protocolos de intenção e estão sendo desenvolvidos projetos no intuito de avaliar a viabilidade financeira de retomar a mineração na área. **1.7. Novos Empreendimentos: Ouro Negro:** Embora a empresa Ouro Negro não tenha participado do último Leilão de Energia, estão mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho, principalmente na jazida de Candiota. Estas tratativas deverão ter seguimento em 2019 visando aumentar a participação do carvão mineral na matriz de geração de energia elétrica nacional. **Vamtec:** A CRM mantém negociações com a empresa Vamtec para iniciar estudos e projeto de implantação de mina para fornecimento de carvão pelo período de 20 anos para gaseificação e transformação em metanol. **1.8. Meio Ambiente:** Em junho de 2018, realizou-se o pedido de renovação da Licença de Operação (LO nº 03175/2016-DL) das Malhas IV e VII, atual mina em operação em Candiota. A CRM está no aguardo do órgão fiscalizador. As Licenças de Recuperação Ambiental das Malhas I e II foram indeferidas pela FEPAM que, consequentemente, exigiu a realização dos PRADs – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas das respectivas Malhas, a fim de evitar drenagens de águas ácidas das antigas áreas de mineração e atualizar o processo às novas legislações. Em 2017, foram elaboradas as especificações técnicas para contratação de empresa especializada na realização dos PRADs e obtidos os orçamentos para cumprimentos dos mesmos. Devido às dificuldades financeiras da empresa, em 2018 houve uma mudança no edital para contratação de empresa especializada na realização dos PRADs e foi adicionada às exigências do edital a contratação pelo menor e também melhor técnica. Porém, em virtude do advento da Lei 13.303/2016 e sua aplicação à CRM, definiu-se que a contratação dos PRADs se encaixa em obra e serviços de engenharia. O novo modelo de edital está no aguardo de apreciação e aprovação do Conselho de Administração da CRM. Em 2016, foi necessário adequar o processo administrativo para obtenção do licenciamento ambiental da Jazida de Candiota junto à FEPAM. Em 2017, o processo administrativo foi arquivado e o EIA-RIMA realizado pela empresa PROFILL não foi aceito pela FEPAM. Em 2018, apesar de indeferido, a Mina de Candiota (Malhas IV e VII) ainda necessita da conclusão do EIA-RIMA. Na Mina São Vicente Norte, em Minas do Leão, não houve mineração em 2017, contudo foi solicitada a renovação da Licença de Operação por mais 4 anos e mantidos os monitoramentos de qualidade das águas de toda região. A Unidade Mineira Mina do Leão P1, em Minas do Leão, teve sua licença de operação renovada em fevereiro de 2018 – LO nº 0253/2018 – DL para a atividade de beneficiamento (britagem) de recursos minerais. As atividades, durante o ano de 2018, foi basicamente a relavagem de rejeitos contidos na área citada, devendo seguir o mesmo processo em 2019. No quadro a seguir podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais nos últimos cinco anos nas unidades mineiras da CRM em atividade, em valores acumulados:

	HECTARES (ha)	2014	2015	2016	2017	2018
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	623	652	684	702,3	719,1
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	501	521	547	560,3	564,8
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	514	565	590	614,4	634,1
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA	45	51	54	54	0
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	16	18	26	27	0
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	15	15	15	15	0
Minas do Leão (P1)	ÁREA IMPACTADA	x	x	x	x	10,4
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	x	x	x	x	0,5
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	x	x	x	x	0,5

**1.9. Gestão Administrativa:** Para a CRM o ano de 2018 foi marcado pela entrada do aporte de capital realizado pelo Governo do Estado (Lei 15.099/2018), no valor de R\$ 38 milhões, que foi utilizado para pagamento de fornecedores em atraso e, principalmente, redução do quadro de pessoal através do Plano de Demissão Incentivada – PDI, possibilitando melhora no fluxo de caixa da Companhia. Apesar da troca de Diretoria no meio do ano, a gestão permanece focada na redução de custos e despesas da CRM e a recuperação da situação financeira da empresa, através de diversas ações realizadas nos últimos anos como renegociações e rescisões de contratos, redução do quadro, reavaliação do organograma e do Plano de Cargos e Salários, contratação de estudo sobre pagamento de periculosidade, suspensão das atividades mineiras na Mina do Leão, unidade que historicamente apresenta prejuízo, etc. Apesar de todas as ações da gestão da empresa e do Governo do Estado, a CRM encerra o exercício de 2018 com um resultado operacional negativo 20,4% pior do que 2017, devido ao aumento das despesas operacionais. Este aumento se deu pelo alto valor desembolsado para o PDI, porém a redução da folha é observada lentamente ao longo dos meses. Além disso, a receita oriunda do aporte do Governo do Estado não impacta no resultado da empresa. **1.10. Perspectivas para a empresa:** A Companhia iniciou processo de arbitragem junto à CGTEE para discutir e realizar todos os ajustes necessários ao contrato de fornecimento de carvão, de maneira que haja um equilíbrio para as duas companhias. O resultado deste processo poderá ajudar na recuperação financeira da CRM. A Companhia também vem se dedicando a projetos que propiciarão o retorno do seu crescimento, principalmente da unidade de Candiota, tais como: • Fornecimento de carvão para geração de energia elétrica para usina termelétrica da empresa Ouro Negro por 25 anos; • Fornecimento de carvão para conversão em produtos carboquímicos pela empresa Vamtec por 20 anos; Por fim, na Mina do Leão I há a perspectiva de viabilização de implantação de aterro sanitário de resíduos sólidos na Mina São Vicente Norte, e na Mina do Leão II, atrair, juntamente com o Estado, projeto termelétrico ou de gaseificação de carvão que viabilize a conclusão da implantação da unidade mineira.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.

Aldo Meneguzzi Junior  
Diretor Presidente

Caio Flavio Quadros dos Santos  
Diretor Administrativo

André Felipe Rodrigues  
Diretor Técnico

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

2.1. Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais						2.2. Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais	
Ativo	2018	2017	2017	Passivo	2018	2017	2017
			Reapresentado 01/01/2017				Reapresentado 01/01/2017
<b>Circulante</b>	<b>138.850</b>	<b>141.259</b>	<b>151.579</b>	<b>Circulante</b>	<b>55.472</b>	<b>127.497</b>	<b>109.941</b>
Disponibilidades nota 2.3.1)	3.534	1.939	6.484	Fornecedores	4.169	10.913	6.574
Contas a receber de clientes (nota 2.5.4.1)	18.755	20.489	29.785	Salários e encargos sociais	976	1.308	1.267
Créditos tributários (nota 2.5.3)	43.214	48.447	42.267	Tributos federais (nota 2.5.13)	1.328	733	3.836
Demais contas a receber (nota 2.5.4.2)	826	665	5.133	Tributos estaduais e municipais	121	131	111
Estoques (nota 2.5.5)	14.929	11.307	12.194	Demais contas a pagar (nota 2.5.10)	22.498	26.342	29.126
Despesas do exercício seguinte (2.5.6)	57.592	58.412	55.716	Juros sobre o capital próprio	25.583	87.340	68.381
				Dívida com controlada	40	40	40
<b>Não Circulante</b>	<b>261.210</b>	<b>265.716</b>	<b>270.426</b>	Acordos judiciais a pagar	757	690	606
Realizável a longo prazo	24.971	23.059	20.413	<b>Não Circulante</b>	<b>25.353</b>	<b>34.945</b>	<b>39.641</b>
Devedores por aquisição de imóveis	20	20	20	Tributos federais (nota 2.5.13)	803	13.155	15.766
Empréstimos, depós. compulsórios (nota 2.5.7)	3.667	1.755	1.474	Provisão para contingências (nota 2.5.12)	16.441	13.040	14.028
Outros valores (nota 2.5.4.1.1)	21.284	21.284	18.919	Provisão p/Impostos diferidos (nota 2.5.17)	5.121	5.278	5.434
Investimentos (nota 2.5.8)	105	104	102	Outros créditos	2.988	2.987	2.988
Custo	105	104	102	Acordos judiciais a pagar	0	485	1.425
Imobilizado (nota 2.5.9)	235.198	241.461	248.664	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>319.235</b>	<b>244.533</b>	<b>272.423</b>
Custo	408.657	412.699	412.413	Capital social (nota 2.5.14.1)	251.465	251.465	251.465
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(132.076)	(129.656)	(121.914)	Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	10.012	10.316	10.619
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.876)	(38.876)	Reserva de Lucros	0	0	10.339
(-) Provisão perda por Impairment	(2.507)	(2.706)	(2.959)	Reserva de Capital (2.5.23)	112.989	0	0
Intangível (nota 2.5.9)	936	1.092	1.247	Prejuízos Acumulados (2.5.24)	(55.231)	(17.248)	0
<b>Total</b>	<b>400.060</b>	<b>406.975</b>	<b>422.005</b>	<b>Total</b>	<b>400.060</b>	<b>406.975</b>	<b>422.005</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto - Em milhares de reais		
	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo Líquido do Exercício	(38.326)	(28.716)
<b>Ajustes:</b>		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	6.766	7.897
Custo das baixas do ativo imobilizado	270	-
Juros e Variações Monetárias ativas (nota 2.5.1.2.)	(821)	(1.380)
Juros e Variações Monetárias passivas	1.494	4.848
Provisão Reversão para contingências Cíveis/trabalhistas	3.401	272
Provisão Reversões tributárias e outras	3.149	825
Provisão Juros s/Capital Próprio	12.455	12.455
Reversão Provisão Impairment	(198)	(253)
<b>Prejuízo líquido ajustado</b>	<b>(11.810)</b>	<b>(4.052)</b>
<b>Variações no ativo:</b>		
Aumento contas a receber de clientes	1.735	9.295
Aumento estoques	(3.622)	887
Aumento/redução outras contas	3.294	(7.452)
Aumento/Redução créditos tributários	665	1.778

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2018								
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros de Exercícios	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Resultado Abrangente	Total Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro 2016</b>	<b>251.465</b>		<b>10.619</b>	<b>10.339</b>			<b>(3.317)</b>	<b>272.423</b>
Realização da Reserva de Reavaliação			(460)		460	460	460	
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação			157					157
Realização da Reserva de Reavaliação					(16.261)		(16.261)	(16.261)
Prejuízo líquido do exercício					(12.455)		(12.455)	(12.455)
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio					10.339			10.339
Compensação de prejuízos								
Ajustes Exercícios Anteriores					669		669	669
<b>Saldos em 31 de dezembro 2017 - Reapresentado</b>	<b>251.465</b>	<b>112.989</b>	<b>10.316</b>		<b>(17.248)</b>	<b>460</b>	<b>(15.132)</b>	<b>244.533</b>
Reserva de Capital (2.5.23)								
Realização da Reserva de Reavaliação			(460)		460	460	460	
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação			156					156
Prejuízo líquido do exercício					(25.871)		(25.871)	(25.871)
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio					(12.455)		(12.455)	(12.455)
Ajustes Exercícios Anteriores					(117)		(117)	(117)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2018</b>	<b>251.465</b>	<b>112.989</b>	<b>10.012</b>		<b>(55.231)</b>	<b>460</b>	<b>(25.528)</b>	<b>319.235</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018**

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018  
Em milhares de reais

**2.5.1. Contexto Operacional:** A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações contábeis será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias. Base legal Lei nº 12.973/14 e NBC TG 12 e 30. **2.5.1.1. Eventos Subsequentes:** Conforme notícias já divulgadas pela imprensa, no dia 07/03/2019 compareceram nesta Companhia agentes da Delegacia de Polícia Civil, objetivando coletar documentos para verificar eventuais irregularidades em certames públicos desencadeados no passado, e que teriam dado prejuízo ao erário. Tal procedimento, segundo se tem notícia, refere-se a matéria que já foi alvo de apreciação realizada pelos órgãos fiscalizadores estaduais e que esta Companhia, por sua vez, já vem adotando as providências respectivas, inclusive, recentemente, ajuizando demanda civil em face dos apontados nos relatórios de fiscalização dos órgãos de controle. Deve ser referido, por importante, que esta Companhia, como sempre, se colocou à inteira disposição das autoridades, inclusive para a prestação de informações e fornecimento de todo e qualquer documento, que possam auxiliar na conclusão dos trabalhos, objeto da citada diligência. Registra-se, por importante, que tal situação não é recorrente na Companhia e, também, que os eventuais reflexos dos fatos, alvo da diligência, não tem qualquer incidência nos atos atualmente praticados pela Empresa. A autorização para emissão das demonstrações contábeis ocorreu na reunião de Diretoria realizada em 18/03/2019. **2.5.1.2. Ajustes de Exercícios Anteriores - Material. Valor de R\$ 3.110 mil -** No transcurso do ano de 2017, a Secretaria da Receita Federal reconheceu inúmeros pedidos de Créditos Fiscais/Tributários provenientes de PIS/COFINS (N.E. 2.5.13) que resultou no encerramento da dívida com o REFIN. Como o valor da dívida já estava provisionado junto com os juros, que eram atualizados mensalmente, quando do lançamento referente sua liquidação resultou que parte dos juros já computados no exercício ficaram registrados na despesa financeira, o que foi descoberto já no transcurso do ano seguinte. Face a esse erro, o resultado final do Exercício de 2017 deveria ser de R\$ (16.261) e não os R\$ (19.371) apresentados; na mesma quantia, a dívida com a Secretaria da Receita Federal registrada no Passivo Circulante estava majorada, sendo correto o valor R\$ 733 mil. A ajuste ocorrido no resultado não é suficiente para encadear qualquer alteração no cálculo de Juros sobre Capital Próprio, e a alteração nas bases de cálculo para o PLR, não são suficientes para atingimento das metas necessárias para sua efetivação. Abaixo reprodução dos principais grupos que modificam com a regularização. Não há alteração em valores do Ativo.

**2.5.1.2.1. Balanço Patrimonial Reapresentado:**  
**Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais**

	2017	Ajuste	2017
<b>Circulante</b>	<b>127.497</b>	<b>(3.110)</b>	<b>130.607</b>
*** Tributos federais (nota 2.5.13)	733	(3.110)	3.843
<b>Não Circulante</b>	<b>34.945</b>	<b>0</b>	<b>34.945</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>244.533</b>	<b>3.110</b>	<b>241.423</b>
Capital social (nota 2.5.14.1)	251.465	0	251.465
Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	10.316	0	10.316
Prejuízos Acumulados (2.5.23)	(17.248)	3.110	(20.358)
<b>Total</b>	<b>406.975</b>		<b>406.975</b>

**2.5.1.2.2. Demonstração de Resultado Reapresentado:**  
**Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais**

	2017	Ajuste	2017
Reapresentado			
<b>Receita líquida de vendas (nota 2.5.15.a)</b>	<b>101.064</b>		<b>101.064</b>
(-) Custo dos produtos vendidos	(87.357)		(87.357)
<b>Lucro bruto</b>	<b>13.707</b>		<b>13.707</b>
<b>Despesas / Receitas operacionais</b>	<b>(24.688)</b>		<b>(24.688)</b>
<b>Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras</b>	<b>(10.981)</b>		<b>(10.981)</b>
*** Resultado financeiro líquido (nota 2.5.15 b)	(17.735)	3.110	(20.845)
Reversão dos Juros s/Capital Próprio	12.455	0	12.455
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(16.261)</b>	<b>3.110</b>	<b>(19.371)</b>

**2.5.1.2.3 - Demonstração do Fluxo de Caixa Reapresentado:**  
**Demonstração do Fluxo de Caixa**

	2017	Ajuste	2017
Reapresentado			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo Líquido do Exercício	(28.716)	3.110	(31.826)
Ajustes juros e variações monetárias passivas	4.848	(3.110)	1.738
Caixa Líquido proveniente das atividades operacionais	(4.258)	0	(4.258)
Caixa Líquido das Atividades Financiamento	0	0	0
Caixa Líquido das Atividades de investimento	(287)	0	(287)
Redução de Caixa e Equivalente de Caixa	(4.545)	0	(4.545)

**2.5.1.2.4. Ajuste de Exercícios Anteriores - Imateriais:** Devido a imaterialidade do "ajuste" de R\$ 117 mil, as demonstrações contábeis não estão sendo representadas conforme NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificações de Erro. (+) baixas de ações trabalhistas (nota 2.5.12.1) no valor de R\$ (83 mil); (-) reconhecimento de despesas com seguros (nota 2.5.13.1) no valor de R\$ (30 mil); (-) baixa de juros referente a 04 (quatro) parcelamentos registrados a maior (nota 2.5.13.2) no valor de R\$ 83 mil; (-) Baixa de contingência trabalhista Sindicatos dos Trabalhadores de Candiota (nota 2.5.12) no valor de R\$ (87mil). **2.5.1.3 Moeda Funcional:** A moeda funcional utilizada pela Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais. **2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis: 2.5.2.1. Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização. **2.5.3. Créditos Tributários:** R\$ 43.214 mil (R\$ 48.447 mil em 2017), composto-se de: Impostos Federais Pagos a Maior - R\$ 7 mil (R\$ 0 mil em 2017); IRRF/CSLL retidos

sobre faturamento Lei nº 10.833/03 - R\$ 2.449 mil (R\$ 2.828 mil em 2017); PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 - R\$ 51 mil (R\$ 41 mil em 2017); PIS/COFINS não Cumulativo a restituir - R\$ 12.110 mil (R\$ 22.382 mil em 2017); e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº 10.833/03 - R\$ 3.677 mil (R\$ 1.351 mil em 2017); f) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 1.216 mil (R\$ 16.229 mil em 2017); g) IRPJ/CSLL a restituir - R\$ 17.467 mil (R\$ 0 mil em 2017); h) IRPJ a recuperar (glosa SRF) - R\$ 159 mil (R\$ 0 mil em 2017); i) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 6.056 mil (R\$ 5.365 mil em 2017), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido; j) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R\$ 22 mil (R\$ 251 mil em 2017); **2.5.4 Contas a Receber:**  
**2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:** Contas a receber de clientes R\$ 18.755 mil (R\$ 20.489 mil em 2017), tendo como valor mais relevante R\$ 15.143 mil (R\$ 17.109 mil em 2017) que representa saldo devedor no final do exercício da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE. No montante devido pelo cliente, R\$ 7.081 mil (R\$ 9.535 mil em 2017) referem-se a glosas nos faturamentos, sendo que

ITENS	SALDO EM 2017	ADIÇÕES	BAIXAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2018	Taxas de depreciação anual em %
Investimentos	104	1	0	0	105	0
<b>Subtotal</b>	<b>104</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>105</b>	<b>0</b>
Terrenos e Terras	1.872	0	0	0	1.872	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.651	0	0	0	5.651	0
Prédios de Uso/Residenciais	12.489	0	0	0	12.489	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701	0	0	0	3.701	0,03 a 6,81
Equip.de Produção	114.720	-4.131	0	0	110.589	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000	0	0	0	17.000	2,23
Equip.de Manutenção	2.891	46	-37	0	2.900	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	11.799	1	0	0	11.800	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.157	14	0	0	1.171	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	7.974	304	-295	0	7.983	0,27 a 45,99
Instalações	18.174	56	0	0	18.230	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478	0	0	0	478	3,71 a 100,00
Jazidas e Horto Florestais	11.043	0	0	0	11.043	0,19 a 2,50
Deprec./Exaustão Acumulada	(129.655)	0	4.193	(-6.614)	(132.076)	0
Imobilização em Andam.	196.303	0	0	0	196.303	0
Bens Patrim. s/Operação	7.446	0	0	0	7.446	0
Ajustes a Valor de Mercado	(38.876)	0	0	0	(38.876)	0
Provisão Perda Impairment	(2.706)	(-127)	327	0	(-2.506)	0
<b>Subtotal</b>	<b>241.461</b>	<b>294</b>	<b>57</b>	<b>(-6.614)</b>	<b>235.198</b>	
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	2.182	0	0	0	2.182	0
Amortiz.Acumulada	(-1.090)	0	0	(-156)	(-1.246)	
<b>Subtotal</b>	<b>1.092</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>(-156)</b>	<b>936</b>	
<b>Total do Imobil.+Intangível</b>	<b>242.553</b>	<b>294</b>	<b>57</b>	<b>(-6.770)</b>	<b>236.134</b>	
<b>Total</b>	<b>242.657</b>	<b>295</b>	<b>57</b>	<b>(-6.770)</b>	<b>236.239</b>	

com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos. A Lei nº 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável. Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante. A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07. **2.5.10. Demais Contas a Pagar:** R\$ 22.498 mil (R\$ 26.342 mil em 2017), composto-se basicamente de: Outras e contas a pagar - R\$ 677 mil (R\$ 438 mil em 2017); Encargos sociais a pagar - R\$ 1 mil (R\$ 0 mil em 2017); Retenções de empregados a recolher - R\$ 1.721 mil (R\$ 3.625 mil em 2017); d) Provisões para encargos sociais - R\$ 3.525 mil (R\$ 4.946 mil em 2017); e) Adiantamento de clientes - R\$ 16.474 mil (R\$ 17.230 mil em 2017); f) Termos de convênios - R\$ 14 mil (R\$ 47 mil em 2017); g) Retenções contratuais - R\$ 74 mil (R\$ 52 mil em 2017); h) Honorários e serviços terceiros - R\$ 12 mil (R\$ 4 mil em 2017). **2.5.11. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa. **2.5.12. Provisão para Contingências:** A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas julgadas prováveis que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	Provisões		Depósitos Judiciais	
	2018	2017	2018	2017
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	15.965	12.613	1.133	843
Fiscais	0	0	0	0
Cíveis	476	427	0	0
<b>Total</b>	<b>16.441</b>	<b>13.040</b>	<b>1133</b>	<b>843</b>
<b>Total</b>	<b>16.441</b>	<b>13.040</b>	<b>1133</b>	<b>843</b>

Foi baixado o valor de R\$ 87 mil referente à honorários de contingência e sucumbência e a respectiva 10ª Parcela do acordo junto ao Sindicato dos Trabalhadores de Candiota, processo 0000231-63.2012.5.04.812 que estavam classificados de forma indevida. O valor de R\$ 83 mil foi baixado da conta de acordos judiciais trabalhistas (passivo curto prazo). **2.5.13. Tributos Federais a Recolher:** R\$ 2.131 mil (R\$ 13.888 mil em 2017 reapres.). No transcurso do ano de 2018, a Secretaria da Receita Federal homologou vários pedidos de compensação de tributos (PIS e COFINS), que resultaram em créditos a serem recebidos pela CRM. De posse destes créditos a CRM solicitou e foi atendida na compensação de outros débitos, notadamente o parcelamento do REFIN, que foi totalmente quitado, evitando um desembolso na ordem de R\$ 15.000 (mil), havendo a necessidade de reversão de valores de juros já devidamente reconhecidos em anos anteriores. Ainda existem dois outros parcelamentos em andamento, ainda não compensados pela SRF. Três parcelamentos oriundos de uma fiscalização de ofício, por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, do período de 2008 a

**2.3.1.Demonstração dos Fluxos de Caixa**

	2018	2017	Variação
Disponibilidades	3.534	1.939	1.595
Caixa	11	4	7
Disponibilidades em bancos	1.019	1.928	(909)
Aplicações financeiras	2.504	7	2497

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

essas também estão no escopo da ação movida contra a CGTEE. **2.5.4.1.1 - 8º Termo Aditivo Contratual - CGTEE:** Face a assinatura do 10º Termo Aditivo junto a CGTEE, que está sob discussão e solicitação de uma arbitragem judicial, todos créditos oriundos da assinatura do 8º Termo Aditivo, ainda não quitados, foram transferidos para a conta 1.3.1.05.006 no Não Circulante, perfazendo o montante de R\$ 21.284 mil (R\$ 21.284 mil em 2017). **2.5.4.2 Demais Contas a Receber:** R\$ 826 mil (R\$ 665 mil em 2017), composto-se de: Adiantamentos e Contas Correntes R\$ 286 mil (R\$ 160 mil em 2017); Aplicações Caixa Único - R\$ 28 mil (R\$ 0 mil em 2017); Outros Valores - R\$ 512 mil (R\$ 505 mil em 2017); **2.5.5. Estoques:** Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	2018	2017
Carvão	5.717	1.592
Produtos Acabados	-	-
Produtos em Elaboração	5.717	1.592
Almoxarifado	9.212	9.715
<b>Total</b>	<b>14.929</b>	<b>11.307</b>

**2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte:** Despesas do Exercício seguinte R\$ 57.592 mil (R\$ 58.412 mil em 2017), tendo como valor mais relevante R\$ 56.786 mil (R\$ 57.543 mil em 2017) que corresponde ao total de gastos ativados pelo avanço da área de descobertura (retirada das camadas de terra vegetal e estêreos), necessária para a efetiva extração do minério de carvão e que ainda não foi efetivada. **2.5.7. Empréstimos e Depósitos compulsórios:** R\$ 3.667 mil (R\$ 1.755 mil em 2017), tendo como valores mais relevantes: Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2017); Depósitos Trabalhistas - R\$ 1.133 mil (R\$ 843 mil em 2017); Garantia em Juízo - R\$ 195 mil (R\$ 195 mil em 2017); Penhora de Créditos Bancários - R\$ 1.622 mil (R\$ 0 mil em 2017). Face a uma decisão judicial trabalhista, houve a penhora do valor e posta à disposição do judiciário; contudo, não houve a efetiva entrega ao reclamante por conta de uma interposição de recurso, podendo o valor retornar para a. **2.5.8. Investimentos:** O valor total de R\$ 105 mil corresponde a R\$ 61 mil em ações da subsidiária integral, **Companhia Operadora de Mineração - COM,** R\$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas, R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição. **2.5.9. Imobilizado e Intangível:** O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, observando o limite de custo direto no resultado conforme Lei nº 12.973/14 (art. 15), IN RFB nº 1.515/14 (art.



**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO**  
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95. Não houve apuração de IRPJ e CSLL em 2018 e 2017.  
**2.5.17. Provisão para Impostos Diferidos:** Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	2018	2017
Reserva de reavaliação		15.133	15.594
Contribuição social	9%	1.362	1.404
Imposto de renda	15%	2.270	2.339
Adicional imposto de renda	10%	1.489	1.535
<b>Provisão impostos diferidos</b>		<b>5.121</b>	<b>5.278</b>

**2.5.18. Cobertura de Seguros:** A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.  
**2.5.19. Plano de Previdência - Contribuição Definida:** A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa. O

## GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA

## COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO

CNPJ 92.724.145/0001-53

gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	2018	2017
	1.118	1.593

Plano de previdência complementar  
**2.5.20. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída.  
**2.5.21. Estrutura da Demonstração do Resultado:** A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2018/2017 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBC TG 26 (R4), Resolução do CFC nº 1185/09, item 82.  
**2.5.22. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR):** Não houve provisão para fins de participação dos empregados no resultado da Companhia, pois a meta do indicador operacional não foi atingida. O regramento da participação nos lucros ou resultados está firmado entre a Companhia e o Sindicato, na Consolidação do Regramento da Participação nos Lucros ou Resultados da Cia e em seu aditivo nº 001.  
**2.5.23. Reserva de Capital:** Em 09 de janeiro de 2018, mediante a lei nº 15.099, ficou o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a aumentar o capital social da CRM até o montante de R\$ 150.000 mil, sendo R\$ 75.000 mil em créditos adicionais e R\$ 75.000 mil pela conversão de seus créditos oriundos de Juros sobre o Capital Próprio. Devido a formalização, os mesmos ainda estão registrados como adiantamento para futuro aumento de capital. O Estado aportou, ao longo do ano,

R\$ 38.000 mil. Referente ao crédito oriundo de Juros sobre Capital Próprio de anos anteriores a 2017, restou o valor de R\$ 74.989 (mil), cuja documentação está tramitando entre a Secretaria de Governo e Junta Comercial. O montante do aumento será de R\$ 112.989 mil.  
**2.5.24. Apuração de Prejuízos:** Ao final do ano do exercício de 2018, a Companhia apresentou o prejuízo de R\$ (38.326 mil), conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Prejuízo antes da reversão dos juros s/capital Próprio	(38.326)	(28.716)
Reversão dos juros s/capital Próprio	12.455	12.455
Prejuízo Líquido do Exercício	(25.871)	(16.261)

Em cumprimento a legislação oficial vigente, das sociedades por ações, em face do disposto no parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/1976, o prejuízo do exercício deverá, obrigatoriamente, ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.

Aldo Meneguzzi Junior - Diretor Presidente - CPF nº 199.407.930-49  
Caio Flávio Quadros dos Santos - Diretor Administrativo - CPF nº 399.304.830-04  
André Felipe Rodrigues - Diretor Técnico - CPF nº 754.557.490-72  
Roberto Reischak Dias - Contador CRC/RS 052403/O-0 - CPF nº 432.523.380-68

### 3. Relatório dos Auditores Independentes

Aos

Diretores e Acionistas da  
Companhia Riograndense de Mineração - CRM - Porto Alegre – RS  
**Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis**  
**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião com ressalva

Como parte dos procedimentos obrigatórios de auditoria adotados no decorrer do exercício de 2018, foram enviados pedidos de informações de transações e saldos para todas as instituições financeiras que mantêm operações com a Companhia. Entretanto, até a data de conclusão dos trabalhos, não foram recebidas respostas aos pedidos enviados, relativos a saldos relacionados a Bancos - Conta Movimento e Aplicações financeiras, classificados no ativo circulante, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Portanto, os trabalhos foram fundamentados exclusivamente pela aplicação de procedimentos alternativos sobre os controles auxiliares mantidos pela Companhia relativos a esses saldos contábeis.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.9, letra "a", a Companhia mantém provisão para perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Enfases**  
Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.5.1.1, de que conforme notícias divulgadas pela imprensa, no dia 07/03/2019 compareceram nesta Companhia agentes da Delegacia de Polícia Civil, objetivando coletar documentos para verificar eventuais irregularidades em certames públicos descontinuados no passado, e que teriam dado prejuízo ao erário. Tal procedimento, segundo se tem notícia, refere-se à matéria que já foi alvo de apreciação realizada pelos órgãos fiscalizadores estaduais, e que esta Companhia, por sua vez, já vem adotando as providências respectivas, inclusive, recentemente, ajuizando demanda civil em face dos apontados nos relatórios de fiscalização dos órgãos de controle. Deve ser referido, por importante, que esta Companhia, como sempre, se colocou à inteira disposição das autoridades, inclusive para a prestação de informações e fornecimento de todo e qualquer documento, que possam auxiliar na conclusão dos trabalhos, objeto da citada diligência. Registra-se, por importante, que tal situação não é recorrente na Companhia e, também, que os eventuais reflexos dos fatos, alvo da diligência, não têm qualquer incidência nos atos atualmente praticados pela Companhia. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5.1.2, em decorrência de ajustes de exercícios anteriores relevantes, os valores referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.  
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.23, em 09 de janeiro de 2018, mediante a Lei nº 15.099, ficou o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a aumentar o capital social da CRM até o montante de R\$ 150.000 mil, sendo R\$ 75.000 mil em créditos adicionais e R\$ 75.000 mil pela conversão de seus créditos oriundos de Juros sobre o Capital Próprio. Devido à formalização, os mesmos ainda estão registrados como adiantamento para futuro aumento de capital (**apresentado como Reserva de Capital**).

O Estado aportou, ao longo do ano, R\$ 38.000 mil. Referente ao crédito oriundo de Juros sobre Capital Próprio de anos anteriores a 2017 restou o valor de R\$ 74.989 mil, cuja documentação está tramitando entre a Secretaria de Governo e Junta Comercial. O montante do aumento será de R\$ 112.989 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

Destacamos o mencionado no relatório da Diretoria, que para a CRM o ano de 2018 foi marcado pela entrada do aporte de capital realizado pelo Governo do Estado (Lei 15.099/2018), no valor de R\$ 38 milhões, que foi utilizado para pagamento de fornecedores em atraso e, principalmente, redução do quadro de pessoal através do Plano de Demissão Incentivada – PDI, possibilitando melhora no fluxo de caixa da Companhia. Apesar da troca de Diretoria no meio do ano, a gestão permaneceu focada na redução de custos e despesas da CRM e a recuperação da situação financeira da empresa, através de diversas ações realizadas nos últimos anos como renegociações e rescisões de contratos, redução do quadro, reavaliação do organograma e do Plano de Cargos e Salários, contratação de estudo sobre pagamento de periculosidade, suspensão das atividades mineiras na Mina do Leão, unidade que historicamente apresenta prejuízo, etc. Apesar de todas ações da gestão da empresa e do Governo do Estado, a CRM encerra o exercício de 2018 com um resultado operacional negativo 20,4% pior do que 2017, devido ao aumento das despesas operacionais. Este aumento se deu pelo alto valor desembolsado para o PDI, porém a redução da folha é observada lentamente ao longo dos meses. Além disso, a receita oriunda do aporte do Governo do Estado não impacta no resultado da empresa. A Companhia iniciou processo de arbitragem junto à CGTEE para discutir e realizar todos os ajustes necessários ao contrato de fornecimento de carvão, de maneira que haja um equilíbrio para as duas companhias. O resultado deste processo poderá ajudar na recuperação financeira da CRM. A Companhia também vem se dedicando a projetos que propiciam o retorno do seu crescimento, principalmente da unidade de Candiota, tais como: fornecimento de carvão para geração de energia elétrica para usina termelétrica da empresa Ouro Negro por 25 anos; e fornecimento de carvão para conversão em produtos carboquímicos pela empresa Vamtec por 20 anos. Por fim, na Mina do Leão I há a perspectiva de viabilização de implantação de aterro sanitário de resíduos sólidos na Mina São Vicente Norte, e na Mina do Leão II, atrair, juntamente com o Estado, projeto termelétrico ou de gaseificação de carvão que viabilize a conclusão da implantação da unidade mineira.

Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à confirmação dos saldos juntos as instituições financeiras; sobre o valor contábil da provisão para perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

#### Outros Assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto quanto ao comentário nos parágrafos Base para opinião com

ressalva, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de março de 2019.

**MOREIRA AUDITORES S/S - CRC RS 3717**  
**JORGE LUIZ M. CERREJA** - Contador CRC RS 43679 - CNAI Nº 539  
Sócio - Responsável Técnico

### 4. Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2018 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 18 de março de 2019, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Colocada a palavra à disposição o conselho mais uma vez manifesta sua grande preocupação com a saúde econômica e financeira da empresa e, como ninguém quisesse fazer uso da palavra foi encerrada a sessão, sendo lavrado esta Ata.

Porto Alegre, 26 de março de 2019  
**José Itagoré Poglia**  
CPF 168.119.500-30  
**Ademir Baretta**  
CPF 337.337.670-04  
**Antônio G. Classman**  
CPF 290.549.900-15

**Gildo Feijó**  
CPF 542.159.940-04  
**Vicente Paulo M. de Britto Pereira**  
CPF 010.016.717-91

### 5. Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo tomado conhecimento, em reunião nesta data, do Relatório da Diretoria e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2018, ante os esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia; e considerando o parecer dos auditores independentes, UHY Moreira Auditores, e do parecer do Conselho Fiscal, todos se manifestam favoráveis às Demonstrações Contábeis da CRM, e entendem que sejam as mesmas apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. O Balanço, portanto, atende as formalidades legais, porém o Conselho de Administração ratifica as ressalvas apresentadas pela auditoria independente, relativas a não apresentação por parte das instituições bancárias dos extratos relacionados às contas da companhia, bem como, ratifica também, a ressalva referente a provisão para perdas com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de R\$ 38.866 mil constituída no Balanço de 31 de Dezembro de 1997. Porto Alegre, 27 de março de 2019.

**Carlos Eduardo de Souza Aranha** - Presidente do Conselho  
CPF 889.028.890-68  
**Vanderlan Frank Carvalho**  
CPF 964.138.590-91  
**Tiago Alves Pinto de Lemos**  
CPF 926.908.740-91  
**José Itagoré Poglia** - Presidente do Conselho Fiscal  
CPF 168.119.500-30

**João Jacob Bettoni**  
CPF 007.516.180-04  
**Hermes Ghidini**  
CPF 107.423.100-78  
**Sérgio de Medeiros Ilha Moreira**  
CPF 004.707.910-04  
**Cleonice Barreto Teixeira Borges** - Secretária da Sessão  
CPF 018.774.740-70

### 6. Composição da Diretoria e Conselhos

#### Diretoria

Aldo Meneguzzi Junior (1) - Diretor Presidente  
André Felipe Rodrigues (2) - Diretor Técnico  
Caio Flávio Quadros dos Santos (1) - Diretor Administrativo

#### Conselho de Administração

##### Membros Titulares

Carlos Eduardo de Souza Aranha (3) Presidente  
Hermes Ghidini (3)  
Tiago Alves Pinto de Lemos (3)  
Vanderlan Frank Carvalho (3)  
João Jacob Bettoni (3)  
Sérgio de Medeiros Ilha Moreira (4)  
(1) Eleição e posse em 29.06.2018  
(2) Eleição e posse em 25.07.2018  
(3) Eleição em 06.07.2018 e posse em 25.07.2018  
(4) Eleição em 05.10.2018 e posse em 31.10.2018

#### Conselho Fiscal

##### Membros Titulares

José Itagoré Poglia (5) Presidente do Conselho  
Gildo Antonio Feijó da Silva (5)  
Ademir Baretta (5)  
Vicente Paulo Mattos de Britto Pereira (5)  
Antonio Guido Classmann (5)  
(5) Eleição e posse em 06/07/18